SANTA MARCELINA
Organização Social de Cultura

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina

CNPJ 10.462.524/0001-58

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em Reais)

Ativo	Nota	2011	2010 (Ajustado)	01/01/2010 (Ajustado)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		352.436	104.287	238.266
Recursos vinculados a projetos	4	11.742.527	5.420.863	4.348.069
Adiantamento de projetos	5	4.021.763	4.021.763	-
Estoque de material de consumo		-	-	20.094
Adiantamentos diversos	6	1.055.376	14.017	22.702
		17.172.102	9.560.930	4.629.131
Não circulante				
Imobilizado	7	6.323.975	6.898.642	5.312.757
Intangível		58.096	77.531	44.122
		6.382.071	6.976.173	5.356.879
		23.554.173	16.537.103	9.986.010

Passivo	Nota	2011	2010 (Ajustado)	01/01/2010 (Ajustado)
Circulante				
Projetos a executar	8	15.137.960	6.787.746	2.779.095
Salários,férias e encargos sociais	9	1.643.863	1.928.144	1.286.251
Obrigações tributárias		26.689	55.016	46.670
Outras contas a pagar		410	397.775	92.487
		16.808.922	9.168.681	4.204.503
Não circulante				
Receita diferida	10	6.382.071	6.976.173	5.356.879
Provisão para contingências	11	363.180	392.249	424.628
		6.745.251	7.368.422	5.781.507
Patrimônio social	13	-	-	-
		23.554.173	16.537.103	9.986.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em Reais)

	Nota	2011	2010 (ajustado)
Receitas operacionais			
Recursos dos Contratos de Gestão	14	36.671.709	43.190.305
Projetos Especiais	15	6.223.732	5.521.028
		42.895.441	48.711.333
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	16	(42.831.476)	(48.660.856)
Despesas financeiras		(63.965)	(50.477)
		(42.895.441)	(48.711.333)
Resultado do exercício		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio social
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em Reais)

	Patrimônio social
Saldos em 1 de janeiro de 2010 (ajustado)	-
Resultado do exercício (ajustado)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (ajustado)	-
Resultado do exercício	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em Reais)

	2011	2010 (ajustado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	991.916	844.061
Provisão para contingências	(29.069)	(32.379)
Valor residual dos ativos permanentes baixados	1.988	18.710
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/ redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	(6.321.664)	(1.072.794)
Adiantamento de projetos	-	(4.021.763)
Estoques	-	20.094
Adiantamentos diversos	(1.041.359)	8.685
Aumento/ (redução) nos passivos em		
Projetos a executar	8.350.214	4.008.651
Salários, férias e encargos sociais	(284.281)	641.893
Obrigações tributárias	(28.327)	8.346
Outras contas a pagar	(397.365)	305.288
Caixa líquido proviniente das atividades operacionais	1.242.053	728.792
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(399.802)	(2.433.434)
Aquisição do intangível	-	(48.631)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(399.802)	(2.482.065)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos aplicados em ativos permanentes	(594.102)	1.619.294
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(594.102)	1.619.294
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	248.149	(133.979)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	352.436	104.287
No início do exercício	104.287	238.266
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	248.149	(133.979)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em Reais)

1. Contexto operacional

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 26 de dezembro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, de caráter educacional, cultural e de assistência social, que tem por finalidade a educação, a cultura e a assistência social como instrumento de promoção, defesa e de proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regidas pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável. Seu estatuto social, passou a vigorar a partir da data do seu registro em cartório que ocorreu em 30 de janeiro de 2009. Atualmente a Associação possui 2 projetos em andamento: • O Projeto GURI é uma iniciativa da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Trata-se de um Projeto Cultural na área de música. Surgiu na década de 90 e desde então é reconhecido como um dos Programas mais bem sucedidos na área sócio cultural. O Projeto Guri ressalta valores implícitos no ensino musical, dentre eles a concentração, a disciplina, o trabalho em grupo e a apuração da sensibilidade. Sempre com o espírito de participação e compromisso, os profissionais envolvidos com o projeto criam condições para o desenvolvimento das potencialidades, desses jovens, contribuindo dessa forma, para a transformação da sociedade. A Associação de Cultura, assumiu com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, um Contrato de Gestão que se iniciou com oito pólos de ensino musical, e hoje coordena 48 pólos distribuídos na Grande São Paulo. O Contrato de Gestão foi assumido em dezembro de 2008 e possui uma vigência de 4 anos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8 (a). • Com o sucesso da Gestão do Guri Santa Marcelina, em 2008 a parceria se estendeu à Escola de Música Tom Jobim,que passou sua gestão para a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina e, a partir de então seu nome passou a ser EMESP Tom Jobim .(Escola de Música do Estado de São Paulo). A EMESP Tom Jobim tem por meta iniciar, formar e aperfeiçoar crianças, jovens e adultos, na área da música erudita e popular, conforme faixas etárias, nível de conhecimento e envolvimento musical e interesses de aprendizagem. Os critérios para classificar os alunos nos respectivos níveis, são baseados no conteúdo programático de cada curso. Os cursos oferecidos pela Escola são de pré-formação, formação continuada (1º, 2º e 3º ciclos), formação avançada (4º ciclo) e cursos modulares. A Escola possui ainda na sua programação, atividades extracurriculares, as quais visam o intercâmbio entre os professores e artistas de outros municípios, estados e países, oferecendo cursos de férias, master classes e workshops, palestras, seminários, congressos e simpósios. O Contrato de Gestão foi assumido em 2008 com vigência também para 4 anos, conforme Nota Explicativa nº 8 (b).

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis não foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 16 de março de 2012. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar, exceto quando indicado de outra forma. **d. Demonstração do resultado abrangente:** Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC. A Associação não esta apresentando a demonstração do resultado abrangente em função de não haver nenhuma transação passível de alocação no resultado abrangente, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. **e. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 7 - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado. • Nota explicativa nº 11 - Provisão para contingências trabalhistas. **f. Ajustes de exercícios anteriores:** *Prática contábil de reconhecimento de receita:* Durante o exercício de 2011 a Associação identificou a necessidade de corrigir, para o período de 2009 e 2010, a forma de reconhecimento da receita relacionada aos valores recebidos no contrato de gestão firmado com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, aplicados na aquisição de ativo imobilizado e intangível, que passou a ser registrada como receita diferida e reconhecida na demonstração do resultado do exercício, como receita efetiva, no mesmo prazo e proporção da depreciação dos ativos adquiridos, conforme requirido pela CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. Anteriormente, os recursos empregados na aquisição do ativo imobilizado e intangível e os bens recebidos em doação, provenientes das subvenções governamentais, eram registrados diretamente no patrimônio social. O efeito acumulado desses ajustes relacionados a esse assunto no patrimônio social é de R$ 5.356.879 em 1º de janeiro de 2010 e R$ 6.976.173 em 31 de dezembro de 2010. Além disso, foi alterado também o critério de reconhecimento da receita associada aos valores ressarcidos de contingências, ou seja, a Associação passou a reconhecer a receita no resultado do exercício em contrapartida a despesa com contingências de modo a produzir efeito nulo no resultado. Anteriormente, a provisão para contingências no passivo era registrada em contrapartida ao resultado do exercício e não havia o correspondente registro da receita de modo a produzir efeito nulo no resultado em função de tal despesa estar amparada pelo contrato de gestão. O efeito acumulado desses ajustes relacionados a esse assunto no patrimônio social são de R$ 424.629 em 1º de janeiro de 2010 e R$ 236.614 em 31 de dezembro de 2010. A Associação acredita que a mensuração da receita considerando seu diferimento de acordo a incorrência das despesas de depreciação e despesas de custeio apresenta informações mais relevantes sobre a performance da Associação e também uma melhor apresentação de sua situação patrimonial e financeira. A correção de tal prática visa também buscar a consistência com entidades semelhantes que possuem suas atividades suportadas por contratos de gestão. Vide nota explicativa 3(b) com os critérios de reconhecimento de receita adotados atualmente pela Associação. A apresentação das retificações de exercícios anteriores está sendo efetuado em conexão com o requerimento da CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro e CPC 26 - apresentação da demonstrações contábeis que requerem a divulgação do montante da retificação no início do período anterior mais antigo apresentado. Por isso, está sendo apresentado o balanço patrimonial com 3 colunas com a indicação dos saldos em 1º de janeiro de 2010.

Passivo	Saldos em 01/01/2010	Ajustes		Saldos em 01/01/2010 (ajustado)
Circulante				
Projetos a executar	3.203.724	(424.629)	(a)	2.779.095
Salários, férias e encargos sociais	1.286.251	-		1.286.251
Obrigações tributárias	46.670	-		46.670
Outras contas a pagar	92.487	-		92.487
	4.629.132	(424.629)		4.204.503
Não Circulante				
Receita diferida	-	5.356.879	(b)	5.356.879
Provisão para contingências	424.628	-		424.628
	424.628	5.356.879		5.781.507
Patrimônio social				
Doações recebidas	5.622.142	(5.622.142)		-
Déficits acumulados	(689.892)	689.892		-
	4.932.250	(4.932.250)		-
	9.986.010	-		9.986.010

Passivo Circulante	31/12/2010	Ajustes		31/12/2010 (ajustado)
Projetos a executar	6.787.746	-		6.787.746
Salários, férias e encargos sociais	1.928.144	-		1.928.144
Obrigações tributárias	55.016	-		55.016
Outras contas a pagar	634.389	(236.614)	(a)	397.775
	9.405.295	(236.614)		9.168.681
Não Circulante				
Receita diferida	6.976.173	(b)		6.976.173
Provisão para contingências	392.249	-		392.249
	392.249	6.976.173		7.368.422
Patrimônio social				
Doações recebidas	8.273.512	(8.273.512)		-
Déficits acumulados	(1.533.953)	1.533.953		-
	6.739.559	(6.739.559)		-
	16.537.103	-		16.537.103

(a) Ajuste de provisão de contingências; (b) Ajuste no reconhecimento da receita diferida relacionado aos recursos empregados na aquisição de ativos imobilizados efetuados com recursos vinculados. O efeito no superávit do exercício de 2010 foi:

Descrição		2010
Déficit do exercício (anteriormente apresentado)		(844.061)
Ajuste nas receitas	(c)	844.061
Resultado do exercício (ajustado)		-

(c) Refere-se ao reconhecimento de receita no resultado pela realização da receita diferida registrada no passivo não circulante, em contrapartida a despesa de depreciação do ativo imobilizado.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação, exceto conforme comentado na nota explicativa 2(f), que trata das correções nas políticas contábeis. **a. Instrumentos financeiros:** *Ativos e passivos financeiros não derivativos:* A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. *Recebíveis:* Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos. *Recursos vinculados a projetos:* Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados. *Passivos financeiros não derivativos:* Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. *Instrumentos financeiros derivativos:* Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2011 e 2010. **b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e Lei Rouanet, vinculadas ao Ministério da Cultura, são registrados da seguinte forma, em conformidade com a CPC07 (R1): • **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante. • **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício. • **Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante. • **Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante. Em consequencia à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão e projetos incentivados são nulos pois todas as despesas incorridas com esses projetos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesses projetos. A Associação não possui nenhuma outra fonte de recursos e despesas que não estejam amparados pelo contrato de gestão ou por projetos de lei de incentivo.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário. *Depreciação:* A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Instrumentos musicais	10%
Computadores e periféricos	20%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Máquinas e equipamentos	10%
Telefones	10%
Ferramentas	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. **e. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável. **f. Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g. Receita diferida (recursos aplicados em ativos permanentes):** Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíevis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado em atendimento a CPC 07 (R1).

4. Recursos vinculados a projetos

	2011	2010	01/01/2010
Aplicações financeiras	11.742.527	5.420.863	4.348.069

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão e projetos incentivados. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Adiantamento de projetos

2011	2010	01/01/2010
4.021.763	4.021.763	-

Conforme comentado na nota explicativa 1, a Associação possui dois contratos de gestão com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo (Contrato de Gestão - Projeto Guri (34/2008) e Contrato de Gestão - Projeto EMESP Tom Jobim (31/2008). Durante o exercício de 2010, a Associação consumiu mais recursos do que os disponibilizados pela Secretaria de Cultura. Os gastos adicionais, ocorreram por conta de melhorias no projetos do Tom Jobim descritas abaixo, e, principalmente, por custos adicionais no 41º Festival de Inverno de Campos do Jordão. Note-se que a execução física dos mencionados projetos já foram finalizadas. Os recursos adicionais utilizados no Contrato de Gestão 31/2008 no montante de R$ 4.021.763, suportados por recursos do Contrato de Gestão 34/2008, estão sendo apresentados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos, no ativo circulante pois a Associação não espera nenhuma perda na realização de tais valores, motivo pelo qual nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2011, em função das negociações mantidas junto a Secretaria de Cultura de modo a receber e/ou compensar esse montante entre os contratos. Abaixo descrevemos um breve resumo dos fatos: Antes de abordar a questão das transferências de recursos entre os contratos de gestão, necessário se faz apresentar um histórico das circunstâncias que nortearam a celebração do contrato de gestão n° 31/2008, cujo objeto é o fomento e a operacionalização da gestão pela Associação, das atividades e serviços na área de Formação e Difusão Cultural, desenvolvidos pela Tom Jobim Escola de Música do Estado de São Paulo. Com a celebração do contrato de gestão nº 31/2008, o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado de São Paulo, confiou a Associação a missão de dar á EMESP maior efetividade às áreas de formação e difusão musicais, além da realização de projetos especiais. Para o exercício de 2009, de modo geral foram mantidas as ações até então realizadas por tal Projeto Especial,

continua

continuação

executados por outro parceiro estatal, com poucos incrementos feitos pela Associação, tendo em vista o curto espaço de tempo para tal projeto, porém, o contrato de gestão já anunciava que para o exercício de 2010 a Associação deveria oferecer um novo formato pedagógico e artístico. Designada a tal missão a Associação juntamente com a Secretaria Estadual da Cultura, repensou a 41ª Edição do Festival, realizada em 2010. Com a qualidade artística sem precedentes, nessa 41ª edição, realizada em 2010, o número de concertos foi ampliado, de uma média de 45 para mais de 80, dos quais onze aconteceram na cidade de São Paulo, com isso, o festival ganhou uma semana a mais de duração, com destaques de nível internacional, que contribuiram com a difusão artística e ministério de aulas para os estudantes, aumentando-se os custos para realização deste projeto, e da qual cuminou em utilização de recursos disponíveis relacionados a outro projeto para realização e conclusão do mesmo, restando um valor do projeto a ser subvencionado. Os gastos do valor em questão pode ser resumido em:

Contrato de gestão	R$ 2.396.867
Aquisição de pianos	R$ 1.056.361
Reforma Auditorio Cláudio Santoto	R$ 538.760
Outros	R$ 29.775
Total	R$ 4.021.763

Após a ocorrência dos fatos já em 2010 a Associação iniciou as negociações com a Secretaria de Cultura. No exercício de 2011 as ações da Associação envolveram: Em 26 de outubro de 2011 a Associação da Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina apresentou um demonstrativo com as respectivas justificativas e cópias dos extratos de movimentação de entradas e saídas nas contas, ocorridas no exercício de 2010, bem como os motivos que levaram a Associação a proceder ás transferências de recurso entre os Contratos de Gestão nº 31/08 e 34/08 ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para detalhar e demonstrar que as transações menciondas acimas foram realizadas de forma em que não houve qualquer uso indevido da verba recebida. A Associação espera que as justificativas ora apresentadas para o conhecimento do Tribunal de Contas, sejam suficientes para demonstrar que na condição de Instituição fomentada pelo Governo do Estado de São Paulo, a Associção agiu em interesse público e com o propósito de dar efetividade às ações de gestão que constituem o contrato de gestão n° 31/2008, de forma que espera poder restabelecer os saldos dos contratos de gestão, tão logo receber do Governo Estadual o valor de R$ 4.021.763. Alternativamente a Associação sugeriu a análise da possibilidade de realização para efeitos de compensação contábil correspondente à importância mencionada. Em 1º de março de 2012 a Associação recebeu uma notificação (n° 88/2012) da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo da qual foi levantado como "Achado número 11" a constatação, de que "não houve em 2011 a devida devolução e/ou compensação do montante de R$ 4.021.763 repassada para custear o Contrato de Gestão 31/08 apresentada pela Associação na rubrica de adiantamento a projetos" porém nesta notificação não houve a manifestação da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo sobre o desfecho do assunto nem qualquer ponto desfavorável a esse assunto. Segundo os assessores juridicos da Associação não é possivel prever o desfecho desse assunto uma vez que ainda não há processo entre as partes a respeito desse assunto e que as negociações estão sendo tratadas diretamente entre as partes.

6. Adiantamento diversos

	2011	2010	01/01/2010
Adiantamento de férias	917.420	-	-
Outros	137.956	14.017	22.702
	1.055.376	14.017	22.702

7. Imobilizado

Movimentação de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010

Movimentação do custo

	01/01/2010	2010			
	Custo	Doações	Aquisições	Baixas	Custo
Instrumentos musicais	4.117.303	167.305	1.630.864	-	5.915.472
Computadores e periféricos	699.053	-	149.941	-	848.994
Móveis e utensílios	512.332	-	147.132	-	659.464
Veículos	386.160	-	-	-	386.160
Máquinas e equipamentos	205.448	-	338.193	-	543.641
Telefones	44.198	-	-	(20.698)	23.500
Ferramentas	1.991	-	-	-	1.991
	5.966.485	167.305	2.266.130	(20.698)	8.379.222

Movimentação da depreciação

	01/01/2010	2010			
	Depreciação	Doações	Adições	Baixas	Depreciação
Instrumentos musicais	(334.988)	-	(500.802)	-	(835.790)
Computadores e periféricos	(162.918)	-	(152.120)	-	(315.038)
Móveis e utensílios	(53.701)	-	(58.779)	-	(112.480)
Veículos	(83.023)	-	(77.232)	-	(160.255)
Máquinas e equipamentos	(15.580)	-	(37.240)	-	(52.820)
Telefones	(3.436)	-	(2.466)	1.988	(3.914)
Ferramentas	(82)	-	(201)	-	(283)
	(653.728)	-	(828.840)	1.988	(1.480.580)
Saldo residual	5.312.757	167.305	1.418.580	(18.710)	6.898.642

Movimentação de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011

Movimentação do custo

	31/12/2010	2011	
	Custo	Aquisições	Custo
Instrumentos musicais	5.915.472	248.664	6.174.135
Computadores e periféricos	848.994	21.412	870.406
Móveis e utensílios	659.464	91.708	751.172
Veículos	386.160	-	386.160
Máquinas e equipamentos	543.641	24.472	568.113
Telefones	23.500	3.547	27.047
Ferramentas	1.991	-	1.991
	8.379.222	399.802	8.779.024

Movimentação da depreciação

	31/12/2010	2011	
	Depreciação	Adições	Depreciação
Instrumentos musicais	(835.790)	(600.730)	(1.436.520)
Computadores e periféricos	(315.038)	(169.808)	(484.846)
Móveis e utensílios	(112.480)	(66.869)	(179.349)
Veículos	(160.255)	(77.232)	(237.487)
Máquinas e equipamentos	(52.820)	(55.070)	(107.890)
Telefones	(5.902)	(2.575)	(8.477)
Ferramentas	(283)	(197)	(480)
	(1.482.568)	(972.481)	(2,455.049)
Saldo residual	6.898.642	(572.679)	6.323.975

Em 2009, a Associação recebeu doações de bens no montante de R$ 4.376.107 da Associação nomeada "Guri Santa Marcelina Organização Social e de Cultura", antiga organização social responsável pelos projetos Guri, encerrada em março de 2009. Ficando partir desta data os bens imobilizados em posse da nova Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. A Associação protocolou a relação de bens recebidos junto a Secretaria de Cultura e aguarda o documento final de doação.

8. Projetos a executar

2011	2010	01/01/2010
15.137.960	6.787.746	2.779.095

Referem-se as recursos já recebidos pela Associação porém ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência. A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Associação e os rendimentos financeiros desses recursos bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) e valores despendidos com a aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

	2010				
Projetos a executar	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Consumo	Dotação especial	Valor residual
Contrato de Gestão - Projeto Guri (34/2008) **(a)**	23.648.287	598.807	(17.266.853)	(1.068.739)	5.911.502
Lei Rouanet - PRONAC 09 6294	4.900.000	35.206	(4.926.179)	-	9.027
Lei Rouanet - PRONAC 09.5205 **(d)**	500.000	-	-	-	500.000
Grupo Jovens 2.011 PRONAC 09 5643 **(h)**	350.000	192.619	(454.017)	-	88.602
Lei Rouanet - PRONAC 09 6088	250.000	24.447	(95.832)	-	178.615
Lei Rouanet - PRONAC 08 7531 **(g)**	100.000	-	-	-	100.000
Lei Rouanet - PRONAC 09 6038	45.000	-	(45.000)	-	-
Despesa com depreciação	-	-	(844.061)	-	-
	29.443.287	851.079	(23.631.942)	(1.068.739)	6.787.746
Adiantamento de projetos					
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (31/2008) **(b)**	21.794.847	678.107	(25.079.391)	(1.415.326)	(4.021.763)
	51.238.134	1.529.186	(48.711.333)	(2.484.065)	2.765.983

	2011						
	Saldo 31/12/10	Valores recebidos	Rendimentos Financeiros (*)	Consumo	Dotação especial	Devolução de verba	Valor residual
Contrato de Gestão - Projeto Guri (34/2008) **(a)**	5.911.502	24.238.143	1.055.976	(20.534.989)	(265.875)	-	10.404.757
Contrato de Gestão - Projeto EMESP (31/2009) **(b)**	-	18.865.000	879.053	(15.144.804)	(133.927)	-	4.465.322
Lei Rouanet - PRONAC 09 6294	9.027	-	-	-	-	(9.027)	-
Festival 2011 - PRONAC - 108.365 **(c)**	100.000	50.000	3.596	(147.066)	-	-	6.530
Concertos Itinerantes - PRONAC 95.205 **(d)**	500.000	-	27.005	(427.979)	-	-	99.026
Guri GSM 2011 - PRONAC 107.183 **(e)**	-	400.000	3.936	(254.581)	-	-	149.355
Grupo Jovem 2011 - PRONAC 106.808 **(f)**	-	200.000	2.770	(190.657)	-	-	12.113
Lei Rouanet - PRONAC 87.531 **(g)**	-	4.697.137	284.102	(4.981.239)	-	-	-
Guri GSM 2010 - PRONAC - 96.038	178.615	(54.041)	7.497	(132.071)	-	-	-
Grupo Jovens 2.011 PRONAC 09.5643 **(h)**	88.602	-	2.394	(90.139)	-	-	857
Despesas com depreciação e amortização	-	-	-	(991.916)	-	-	-
	6.787.746	48.396.239	2.266.329	(42.895.441)	(399.802)	(9.027)	(15.137.960)

Valores recebidos - Referem-se aos montantes financeiros efetivamente recebidos no exercício. Rendimentos financeiros - Referem-se a rendimentos das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecido no ativo em contrapartida aos projetos a executar no passivo (vide nota explicativa 3.b - práticas contábeis). **Consumo** - Refem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social. **Dotação especial** - Referem-se aos recursos que foram empregados na aquisiçao de bens integrantes do ativo imobilizado. Por força dos contratos de gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados ou até mesmo o cancelamento do contrato de gestão. A Administração da Associação entende que em 2011 todas as metas foram cumpridas adequadamente e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura. Até o momento não houve qualquer manifestação contrária por parte desta Secretaria. **(a) Contrato de Gestão - Projeto Guri (34/2008):** O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, tendo por objetivo a formação de vínculo de cooperação, com vista à execução de programas de trabalho destinados a fomentar as atividades que dizem respeito ao objetivo de ensino de música e assistência social, celebraram o Contrato de Gestão n° 034/2008 em dezembro de 2008. O Programa de Trabalho, Contrato de Gestão 034/2008, aprovado pelo Governo do Estado, firmado com a Associação de Cultura, Educação, Assistência Social Santa Marcelina, possui como previsão o repasse de R$ 87.663.655 ao longo de 4 anos, para o período de 2009 a 2012, pela Secretaria de Estado da Cultura, a serem empregados na realização do Projeto, sendo R$ 24.283.143 em 2011 (R$ 23.648.287 em 2010). De acordo com o Contrato de Gestão os recursos financeiros repassados à Associação deverão ser por esta aplicados no mercado financeiro, e os resultados das aplicações revertam-se, exclusivamente, ao cumprimento dos objetivos do contrato. Em 2011 o Projeto Guri abriu 28 novos pólos (27 em 2010), completando o total de 48 pólos abertos até 31 de dezembro de 2011. e ofereceu entre 10.000 e 15.000 vagas, sendo preenchidas 11.347 vagas no segundo semestre de 2011. (Informações não auditadas). **(b) Contrato de Gestão - Projeto EMESP (31/2008):** Em dezembro de 2008 foi assinado o Contrato de Gestão 31/2008 entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura e Associação de Cultura, Educação Assistência Social Santa Marcelina, CNPJ 10.462.524/0001-58, com o objetivo de gerenciar o Projeto Tom Jobim Escola de Música do Estado de São Paulo. O Programa de Trabalho, Contrato de Gestão 31/2009, aprovado pelo Governo do Estado, firmado com a Associação de Cultura, Educação, Assistência Social Santa Marcelina, teve o repasse de R$ 18.865.000 para o ano de 2011 (R$ 21.794.847 em 2010), pela Secretaria de Estado da Cultura, a serem empregados na realização do Projeto. Em setembro de 2010 por meio do terceiro termo de aditamento do Contrato de Gestão 031/2008, foram alteradas determinadas cláusulas contratuais, entre elas a previsão de repasse que passou para R$ 78.678.247 para o período de 4 de dezembro de 2008 a 31 de dezembro de 2012. Durante o exercício de 2010, a Associação consumiu mais recursos do que os disponibilizados pela Secretaria de Cultura. Os gastos adicionais, apresentados no ativo circulante na rubrica de adiantamento de projetos no montante de R$ 4.021.763 em 31 de dezembro de 2010. Veja detalhes adicionais na nota explicativa 5. Na Escola de Música do Estado de São Paulo Tom Jobim matricularam-se 1.627 alunos, com um número de 2.187 atendimentos nos Cursos de Formação e Livres, e foram oferecidas 220 vagas para bolsistas em 2010 (1.817 alunos matriculados e 220 vagas para bolsistas ao final do segundo semestre de 2010). Os Corpos Musicais tiveram atuação importante: a Banda Sinfônica Jovem do Estado de São Paulo realizou 9 concertos concertos, atingindo um público de 4.296 pessoas (19 concertos e público de 11.245 pessoas em 2010); a Orquestra Sinfônica Jovem realizou 6 concertos, atingindo um público de 4.826 pessoas (19 concertos e público de 17.356 pessoas em 2010); o Coral Jovem do Estado de São Paulo realizou 10 concertos, atingindo um público de 2.596 pessoas (16 concertos e público de 4.319 pessoas em 2010); a Orquestra Jovem Tom Jobim alcançou em seus 9 concertos um público de 6.235 pessoas (15 concertos, público de 11.409 pessoas em 2010). (Informações não auditadas). **(c) Lei Rouanet - PRONAC 108.365 - 42 Festival Campos Jordão 2011:** O Projeto Festival de Inverno de Campos do Jordão é um evento musical de grande abrangência na área da música clássica, que se realiza anualmente no mês de julho na cidade de Campos do Jordão, em São Paulo. Foi criado em 1.970 pelo então Secretário da Fazenda, Luiz Arroba Martins. Em sua origem estava o resgate da música clássica. O Festival funciona como importante ferramenta de divulgação da produção musical dos principais grupos do país e também para promover intenso intercâmbio entre artistas e estudantes bolsistas de vários estados brasileiros e de outros países. Visa contribuir com a elevação do nível técnico artístico da produção de música clássica no Brasil e através de uma intensa atividade pedagógica para alunos bolsistas propõe o contato e convivência dos alunos com os melhores profissionais nacionais e internacionais. Sua última edição ocorreu em 2011 durante o período de 02 a 24 de julho. Em 2011, o Festival de Inverno Campos de Jordão foi organizado pela Associação Santa Marcelina e teve como patrocinadoresl o Banco Bradesco S.A,Cielo S/A, Otto Baumgart Ind.Com.S/A, Tegula Soluções para Telhados S/A, S/A O Estado de São Paulo, por meio da Lei Rouanet. O Festival recebeu 166 bolsistas nacionais (171em 2010) e de várias partes do mundo, atingiu um público de 78.935 pessoas (80.310 em 2010) e realizou 55 concertos (83em 2010). (Informações não auditadas). **(d) Lei Rouanet - PRONAC 95.205 (Concertos Itinerantes):** O Projeto Guri tem como intuito lançar a série de concertos didáticos Horizontes Musicais, com 45 apresentações gratuitas de grupos musicais em 20 localidades. Os concertos aconteceram de 22 de março de 2011 a 23 de novembro de 2011, 16 renomados grupos musicais, como Mawaca, Quarternaglia, Camerata Aberta, Ensemble São Paulo e Quinteto Villa-Lobos, além de Hermeto Pascoal, que fará a abertura de série, realizarão 45 concertos didáticos para cerca de 20 mil jovens. As apresentações aconteceram nos teatros de 17 CEUs onde estão localizados os pólos do programa, além do Memorial da América Latina e auditórios em Osasco e Mogi das Cruzes. Foi captado o montante de R$ 500.000 sobre patrocíncio pela Merrill Lynch Bank of America e apoio institucional do Ministério da Cultura , por meio da Lei de Incentivo á Cultura. **(e) Lei Rouanet - PRONAC 107.183 - Grupos Infanto - Juvenis Guri Santa Marcelina:** O projeto "Grupos Infanto-juvenis Guri Santa Marcelina - Temporada 2011", foi inscrito com o objetivo de formação musical do jovem instrumentista e a formação de público, principalmente dentro das comunidades onde o Programa Guri Santa Marcelina atua, todas em áreas de alta vulnerabilidade social da cidade de São Paulo e Grande São Paulo. No que diz respeito à formação musical do jovem musico, as atividades dos Grupos compreenderam: ensaios semanais, apresentações gratuitas em concertos, eventos de aprimoramento técnico e conceitual, contato com solistas e maestros convidados. Também busca desenvolver projetos e programas integrando a música com outras áreas, buscando parceiras com instituições que desenvolvam trabalhos sérios em outras áreas astísticas de relevância. Tais eventos são organizados pela Associação e teve como patrocinadores a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista com o montante de R$ 400.000 por meio da Lei Rouanet. **(f) Lei Rounet - Pronac 106.808 Grupos Jovens da Tom Jobim Escola de Musica do Estado de São Paulo - 2011:** O projeto "Grupos Jovens da Tom Jobim Escola de musica do Estado de São Paulo -Temporada 2011",Compreendeu 2 objetivos: a formação do jovem instrumentista e a formação de publico por meio da difusão musical. Todo trabalho realizado para cumprir o objetivos acima mencionados, contemplou os quatros gurpos orquestrais jovens do Estado de São Paulo: **i.** Orquestra Jovem do Estado, sob regência de João Mauricio Galindo; **ii.** Orquestra Jovem Tom Jobim, sob regência de Roberto Sion; **iii.** Coral Jovem do Estado, sob regência de Naomi Munakata; **iv.** Banda Jovem do Estado, sob regencia de Monica Giardini. Foram realizados ensaios semanais, apresentações gratuitas em concertos, eventos de aprimoramento tecnico e conceitual, contato com solistas e maestros convidados (nacionais e internacionais), participação em estréias de obras e arranjos musicais realizados por profissionais reconhecidos do meio musical brasileiro..Tais pontos permitiram aos bolsistas do Grupos Jovens uma complementação á sua formação de instrumentistas por meio de uma intensa atividade de classe orquestral. Além disso, por meio do programa de difusão musical, o projeto tambem possibilitou aos alunos sua participação em importantes eventos e espetaculos musicais de nível nacional e internacional como o Festival Internacional de Inverno de Campos de Jordão. Tendo em vista que os jovens musicos são de origens diversas, residindo tanto na grande São Paulo quanto em cidades do interior do estado, a Santa Marcelina Cultura, por meio do Contrato de Gestão firmado junto a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, concedeu bolsa auxilio visando facilitar a participação efetiva destes jovens no projeto. O projeto em epigrafe apresentou a captação parcial dos recursos. A empresa patrocinadora pelo quarto ano consecutivo ISA CTEEP (Companhia de transmissão de energia Eletrica Paulista), realizou dois aportes no projeto, totalizando o valor em R$ 200.000,00(duzentos mil Reais). **(g) Lei Rounet - Pronac 87.531 Aquisição de Instrumentos - Guri Santa Marcelina:** O projeto Aquisição de Instrumentos - Guri Santa Marcelina tem como objetivo principal adquirir instrumentos musicais para crianças e adolescentes de 6 a 18 anos atendidos nos curso de musica do programa - Guri Santa Marcelina. Este projeto foi inscrito em 2008 com o intuido de adquirir 1.700 instrumentos no ano de 2009 para equipar os polos do Guri Santa Marcelin, no intuido de possibilitar o ensino musical para os 7 mil alunos do programa gratuitamente. **(h) Lei Rouanet - PRONAC 09.5643 - Grupo Jovens:** Os corpos musicais jovens apresentaram concertos, audições e programas culturais para toda a população buscando expandir o atendimento por meio de apresentações em espaços variados na cidade de São Paulo e no interior do Estado. O principal objetivo é aperfeiçoar os jovens, técnica e teoricamente, em todos os instrumentos de uma orquestra e banda sinfônica, mantendo as bolsas de estudo e aperfeiçoando as temporadas artísticas dos seus quatro corpos musicais bolsistas: Coral do Estado, Banda Sinfônica Jovem do Estado, Orquestra Jovem Tom Jobim, Orquestra Sinfônica Jovem Maestro Eleazar de Carvalho. São realizadas apresentações, concertos, audições e programas culturais gratuitos com os alunos, buscando sua futura profissionalização. Como os eventos são decorrência do trabalho pedagógico, a sua freqüência depende das atividades pedagógicas que os alunos estiverem realizando. Todos os alunos são beneficiados com estas atividades. Também busca desenvolver projetos e programas integrando a música com outras áreas, buscando parceiras com instituições que desenvolvam trabalhos sérios em outras áreas astísticas de relevância. Tais eventos são organizados pela Associação e teve como patrocinadores a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista com o montante de R$ 350.000 por meio da Lei Rouanet. A Administração da Associação entende que em 2011 todas as metas foram cumpridas adequadamente e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura. Até o momento não houve qualquer manifestação contrária por parte desta Secretaria.

9. Salários, férias e encargos sociais a pagar

	2011	2010	2009
Provisão de férias e encargos sociais	607.184	894.979	451.548
INSS a recolher	590.133	566.262	487.761
FGTS a recolher	189.974	228.729	111.137
IRRF sobre salários	205.257	187.227	89.962
Salários a pagar	-	-	92.317
Empréstimos a funcionários	34.808	22.061	39.432
Outros	16.507	28.886	14.094
	1.643.863	1.928.144	1.286.251

10. Recurso aplicados em ativos permanentes

2011	2010	01/01/2010
6.382.071	6.976.173	5.356.879

Conforme demonstrado na nota explicativa 3(b), os recursos que são aplicados na aquisiçao de ativos imobilizados e intangivel são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado e diferido em atendimento a CPC 07 (R1). Vide nota explicativa 7 (ativo imobilizado).

Saldo em 1º de janeiro de 2010	5.356.879
Adição e doações de imobilizado	2.433.434
Adição de intangível	48.631
Custo residual baixado de imobilizado e intangível	(18.710)
Depreciação e amortização	(844.061)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.976.173
Adição de imobilizado	399.802
Custo residual baixado de imobilizado e intangível	(1.988)
Depreciação e amortização do imobilizado	(972.481)
Amortização do intangível	(19.435)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	6.382.071

11. Provisão para contingências

A Associação é parte (pólo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2011	2010	01/01/2010
Contingências trabalhistas	363.180	392.249	424.628

	01/01/2010	2010		
	Saldo inicial	Adição	Utilização	Saldo final
Trabalhistas	424.628	-	(32.379)	392.249

	2010	2011		
	Saldo inicial	Adição	Utilização	Saldo final
Trabalhistas	392.249	-	(29.069)	363.180

Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R$ 30.200.880 (R$ 24.798.302 em 2009); para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. O processo no montante de R$ 30.200.880 tem o seguinte histórico: • O processo n° 02356-2009-028-02-00-9 iniciou-se em 22 de outubro de 2009 e tem como autor o Ministério Púbico do Trabalho. A presente ação foi movida pelo Ministério Público do Trabalho em razão de supostas irregularidades junto à Secretaria Estadual da Cultura. O objeto desta ação questiona se a forma de contratação dos executores (mão-de-obra direta) dos projetos foi realizada dentros dos apectos legais específicos para projetos subvencionado pelo Estado e o autor do processo questiona os seguintes aspectos: a) o Estado terceirizou todas as suas atividades culturais e a gestão de todos os entes da cultura, mediante a assinatura de Convênios e Contratos de Gestão, sendo que esta 'manobra

continua

continuação

jurídica' seria ilegal e inconstitucional pois o Estado não poderia transferir a gestão, a gerência e a execução de serviços públicos de cultura do Estado para a iniciativa privada, b) a Secretaria Estadual da Cultura teria transferido todas as suas atividades para Organizações Sociais, sem licitação e sem controle da verba pública, as quais contratam como bem entendem; c) os trabalhadores contratados pelas organizações sociais seriam, pela primazia da realidade, subordinados à Administração Pública Estadual e que isso fere a regra constitucional da exigência do concurso público; d) a participação de entidades privadas na gestão da coisa pública deve se dar de forma complementar, o que não teria sido respeitado pela Secretaria de Estado da Cultura no caso dos autos; e) há substituição do Estado pela iniciativa privada; f) o papel das associações contratadas pela Secretaria de Estado de São Paulo é de mera contratação de empregados por interposta pessoa, fora das exceções legais, além da compra de bens sem licitação; g) a ausência de respeito da regra constitucional do concurso público perpetrada pelas rés implica em ofensa ao direito difuso dos que teriam interesse em participar do mesmo, caso fosse realizado; h) tais práticas permitem o favorecimento de correligionários políticos e promovem a precarização das relações de trabalho, posto que ausentes o profissionalismo e capacitação para atender aos anseios da sociedade e servir aos cidadãos. Diante destes fatos mencionados vale considerar que a Associação encontra-se no pólo passivo da presente demanda exclusivamente em razão de ter celebrado Contrato de Gestão com a Secretaria Estadual da Cultura, e diante disso está respondendo a esse processo por disponibilizar fornecer, complementar ou intermediar mão-de-obra de trabalhadores para qualquer ente público ou privado,diretamente ou por meio de cooperativas de trabalho, em especial para Secretaria Estadual da Cultura e por contratar mão-de-obra através de cooperativas de trabalho, para quaisquer atividades, seja de fim ou de meio, considerando que as cooperativas de trabalho não se prestam à intermediação de mão-de-obra mas à prestação e contratação de serviços para seus associados. Esta causa foi avaliada pelos assessores jurídicos contratados pela associação como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

12. Partes relacionadas

A Associação não possui partes relacionadas e os dirigentes da Associação não são remunerados.

13 Patrimônio social

O patrimônio social da Associação poderá ser formado pelas doações recebidas, pelas dotações especiais e pelos superávits e/ou déficits acumulados, repassados a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina. Em função de a Associação ter suas operações suportadas exclusivamente por contratos de Gestão firmados com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura e a Associação e projetos de leis de incentivo a cultura (Lei Rouanet), firmados junto ao Ministério da Cultura, os resultados apresentados desde a sua constituição tem sido nulos, motivo pelo qual a Associação não apresenta patrimônio social constituído. De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma entidade beneficente congênere ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, se a lei exigir e de preferência constituída pelas "religiosas Professas, irmãs Marcelinas", conforme for fixado pela Assembléia Geral.

14. Recursos de contrato de gestão	**2011**	**2010**
Projeto Guri (34/2008) (Nota Explicativa n° 8 a)	20.534.989	17.266.853
Projeto EMESP(31/2008)(Nota Explicativa n°8 b)	15.144.804	25.079.391
Outras receitas	991.916	844.061
	36.671.709	43.190.305

15. Projetos especiais	**2011**	**2010**
Lei Rouanet - PRONAC 08 8163	-	4.926.179
Grupo Jovens 2011 PRONAC 09 5643	-	454.017
Lei Rouanet - PRONAC 09.6038	-	45.000
Lei Rouanet - PRONAC 09.6088	-	95.832
Festival 2011- PRONAC - 108.365 (Nota Explicativa n° 8 c)	4.981.239	-
Concertos Itinerantes - PRONAC 95.205 (Nota Explicativa n° 8 d)	427.979	-
Guri GSM 2011 - PRONAC 107.183 (Nota Explicativa n° 8 e)	254.581	-
Grupo Jovem 2011 - PRONAC 106.808 (Nota Explicativa n° 8 f)	190.657	-
Lei Rouanet - PRONAC 87.531 (Nota Explicativa n° 8 g)	147.066	-
Guri GSM 2010 - PRONAC - 96.038	132.072	-
Grupo Jovem - Infanto Juvenil 2010 (Nota Explicativa n° 8 h)	90.138	-
	6.223.732	5.521.028

16. Despesas administrativas e gerais	**2011**	**2010**
Salários e encargos sociais	30.824.591	29.534.554
Serviços de terceiros	3.718.078	4.752.439
Ocupação	2.456.216	4.832.655
Viagens e estadias	1.209.694	2.914.806
Alimentação	601.887	1.252.572
Depreciação e amortização	991.916	844.061
Outras despesas	3.029.094	4.529.769
	42.831.476	48.660.856

17. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Associação não realizou operações com derivativos. Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2011, a Associação está sujeita a risco de liquidez e de crédito. Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. Pelo fato da Associação ter suas despesas suportadas em contrato de gestão, todos as obrigações da Associação estão associadas a recursos financeiros já recebidos e com restração de uso. Todas as dívidas da Associação, exceto as provisões para contingências são exigíveis a curto prazo e o capital de giro está representado da seguinte forma:

	2011	**2010**	**01/01/2010**
Ativo circulante	17.172.102	9.560.930	4.629.131
Passivo circulante	16.808.922	9.168.681	4.204.503
Capital de giro	1,02%	1,04%	1,10%

Risco de crédito é o risco de a Associação incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

18. Cobertura de seguros

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e risco diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Rosane Ghedin - Diretora Presidente
Paulo Jorge Primo - Contador - TC-CRC 1SP 185390/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina - São Paulo - SP.

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases: Conforme mencionado na nota explicativa 11, a Associação é ré em processos com risco de perda possível, avaliados pelos assessores jurídicos da Associação, no montante de R$ 30.200.880, em 31 de dezembro de 2011, sendo que o principal processo diz respeito a reparação de danos difusos e coletivos dos trabalhadores, ocorrido em razão de terem os réus (Fazenda Pública do Estado, Associação Tom Jobim, Associação Santa Marcelina e o ex-secretário de Cultura) supostamente agido de forma a frustar o cumprimento da constituição federal, especialmente no que diz respeito ao acesso ao serviço púlico através de concurso. Conforme mencionado na nota explicativa 7, a Associação recebeu no exercício de 2009 a título de doação determinados bens tangíveis e intangíveis, registrados no ativo imobilizado e intangível no montante líquido de R$ 4.376.107. Apesar de ter protocolado junto a Secretaria de Cultura de São Paulo relação dos bens recebidos, a Associação não obteve até o momento documento formal emitido por esse orgão formalizando as doações. Conforme mencionado na nota explicativa 5 e 8 b, a Associação utilizou recursos recebidos em referência ao Contrato de Gestão 034/2008, aprovado pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria da Cultura. Parte destes recursos foram utilizados para custear o Contrato de Gestão 031/2008, também aprovado pelo Governo do Estado e por intermédio da Secretaria da Cultura, sendo a execução física dos mencionados projetos já finalizadas. Os recursos adicionais utilizados no Contrato de Gestão 31/2008 no montante de R$ 4.021.763 estão sendo apresentados pela Associação na rubrica de adiantamento de projetos, no ativo circulante pois a Associação não espera nenhuma perda na realização de tais valores, motivo pelo qual nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2011, em função das negociações mantidas junto a Secretaria de Cultura de modo a receber e/ou compensar esse montante.

Outros assuntos: Refazimento das demonstrações financeiras: Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2. f às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram ajustadas em relação àquelas apresentadas anteriormente. Tendo em vista essas alterações, estamos reemitindo esse relatório, que substitui o relatório datado de 29 de abril de 2011 que não conteve modificação.

São Paulo, 16 de março de 2012

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0